O Nordeste e a Historiografia Brasileira

Frederico de Castro Neves[1]

O lugar que o Nordeste ocupa na historiografia brasileira tem variado bastante. Conforme a conjuntura política e econômica, alguns aspectos ganham relevo e tornam-se oportunos para a reflexão; outros são periodicamente esquecidos. Se, por um lado, a mística dos cangaceiros enfurecidos e dos coronéis sem escrúpulos reforça uma imagem de atraso e incapacidade para o progresso, de outro lado, a emergência de novas elites industriais e empresariais indicam uma sociedade urbanizada e moderna, acompanhando os caminhos tortuosos e irregulares do desenvolvimento brasileiro.

Contudo, ao falarmos de Nordeste, não falamos apenas de um ponto no mapa, entre o norte e o leste, mas fazemos referência a um conteúdo sócio-político que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente, com determinadas características que configuram um espaço como culturalmente peculiar. Nordeste é um conceito e, como todo conceito, não é inocente. Trata-se de uma construção histórica. Assim, é sempre preciso retornar a essa definição básica, e tentar refazer o percurso de configuração deste conteúdo e seus conflitos e diferenças, destacando alguns pontos de referência.

Para alguns pesquisadores das Ciências Sociais, porém, o Nordeste é um dado. Desta forma, “ele” existe independente de sua história e, assim, pode-se falar de Nordeste sem necessidade de precisar seus contornos sociais ou culturais; os historiadores, por sua vez, chegam a falar em Nordeste no período colonial ou durante o Império. Mas parece haver aqui um anacronismo básico que também não é inocente. Através dele, perpetuam-se aquelas identidades míticas e aqueles conteúdos fixos que reforçam preconceitos e acentuam diferenças. Podemos então marcar nossas diferenças diante dessas posturas, que, como veremos adiante, vinculam-se firmemente ao conservadorismo político e ao tradicionalismo teórico.

Hoje parece haver um consenso de que o Nordeste é uma invenção do século XX. Novas territorializações articuladas com o período imediatamente posterior à Proclamação da República, assim como novos fluxos migratórios, novos movimentos

[1] Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

intelectuais e novas redes econômicas, associam-se neste momento para fornecer elementos para a percepção de uma área em decadência – o Nordeste – que se contrapõe a uma área em franca e vertiginosa ascensão – São Paulo ou, de maneira geral, o Sudeste.

Esse processo pode ser compreendido como uma nova configuração na divisão social do trabalho que tem como momentos marcantes o fim da Monarquia e a Revolução de 30; ou como uma transformação no papel do Estado no estímulo às atividades econômicas, seja com a criação do IOCS (depois, IFOCS, depois DNOCS), em 1909, seja com a criação do GTDN e a fundação da SUDENE, na década de 1950.[2]

De qualquer maneira, torna-se nítida uma percepção generalizada de que a expressão "Províncias do Norte" parecia significar alguma coisa a mais do que apenas uma divisão administrativa do Império, incorporando sinais de identificação cultural ou política, transformando-se, aos poucos, numa imprecisão geográfica que não corresponderia mais às relações de poder entre as diversas elites que compõem aquilo que poderíamos chamar de setores dominantes no Brasil ao final do século XIX.[3]

Pode-se também, na perspectiva de uma "história sentimental", buscar o processo de produção do Nordeste como resultado de determinadas relações de poder e de saber, estabelecidas real e imaginariamente em diferentes registros ou enunciados – arte, literatura, política, movimentos sociais, movimentos culturais etc – que reatualizam continuamente certas características fundamentais, pensadas como essenciais e formadoras da simbólica "Nordeste". Desta forma, os "homens tristes", que formam aquela camada aristocrática despojada de suas riquezas, passariam a simbolizar a decadência material e cultural da civilização do açúcar.[4]

Essas três perspectivas de análise (de Francisco de Oliveira, no primeiro caso, de Rosa Godoy da Silveira, no segundo, e de Durval Muniz, no terceiro) são fundamentais para a percepção de um conceito de Nordeste em construção e mudança contínua, reatualizando-se conforme mudam os contextos em que se insere. Várias trajetórias de

---

[2] OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
[3] SILVEIRA, Rosa M. Godoy. *O Regionalismo Nordestino. Existência e Consciência da Desigualdade Regional.* São Paulo: Moderna, 1984.
[4] ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

investigação, portanto, são válidas para essa desnaturalização do conceito, ancorando-o na história e na formação das relações sociais.

Mas, de qualquer maneira, em qualquer circunstância, a obra de Gilberto Freyre é central na configuração desta nova regionalização no Brasil. É dele, portanto, que podemos partir para tentar uma abordagem compreensiva sobre a historiografia e a construção do Nordeste como uma "região" – unidade cultural e política constituída imaginariamente, sedimentada na estruturação identitária brasileira.

Dos EUA, entre 1923 e 1924, Freyre enviava regularmente artigos para o jornal *Diário de Pernambuco*, nos quais procurava definir os contornos regionais de uma cultura do Nordeste. Procurava, enfim, delimitar a região, unificando fenômenos díspares e muitas vezes desconectados, nordestinizando assim uma série de manifestações culturais, atitudes políticas, modos de vida, estruturas econômicas, processos e eventos originalmente demarcados pelo que se convencionou chamar de "civilização do açúcar". A partir desse novo centro, Freyre estabeleceu uma nova configuração regional para o Brasil, diferente da visão "naturalista" do século anterior.[5]

Nestes artigos, assim como nos textos reunidos em *O Livro do Nordeste*, de 1925,[6] o grande sociólogo pernambucano contrapunha-se a, pelo menos, três tendências de desenvolvimento do pensamento cultural e político no Brasil.

Em primeiro lugar, e de modo mais explícito e direto, Freyre procurava combater as idéias expressas no jornal *O Estado de São Paulo*, especialmente as crônicas escritas por Paulo Barros, em 1923, intituladas "Impressões do Nordeste". De fato, este jornal empenhou-se, nestes anos, em apresentar uma nova configuração regional brasileira que pudesse legitimar uma suposta superioridade paulista baseada nas idéias de "progresso", "abundância" e "higiene". Barros, de um lado, observa que "o Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919",[7] antecipando-se a um intenso debate sobre o lugar das secas na

[5] Id. Ibidem., p. 47-51.

[6] Para Durval Muniz, este livro, "elaborado sob a influência direta de Gilberto Freyre", foi "a primeira tentativa de dar ao recorte espacial Nordeste mais do que uma definição geográfica, natural, econômica ou política". Id. Ibidem., p. 72. A fundação, em Fortaleza, dois anos antes, do jornal *O Nordeste*, sob inspiração direta da Arquidiocese local, não é considerada por este autor nem pelo próprio Freyre, talvez porque não tenha desenvolvido, de fato, uma tendência regional em seus pontos de vista, vinculados, ao contrário, às orientações universalistas do movimento romanizador da Igreja Católica, em curso desde o final do século XIX.

[7] *O Estado de São Paulo*, 10.08.1923.

configuração das identidades regionais nordestinas, como iremos ver adiante. Por outro lado, posiciona-se em posição de continuidade em relação aos textos que elaboram um contraste entre o "Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul" – que "apresenta um tal aspecto de progresso" – e o "Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo".[8] A fim de comprovar essas impressões, o autor viaja a Juazeiro, no Ceará, e, de fato, *constata* a presença de "fanáticos boçais" e de "bandidos facinorosos", resultados "naturais" da inferioridade racial dos "nordestinos".[9] Suas crônicas obtém repercussão entre a intelectualidade paulista e uma outra série de artigos as sucede no mesmo jornal: as "Impressões de São Paulo". Nestas, como era de se esperar, apresenta-se um "regionalismo de superioridade", baseado na origem européia da formação social de São Paulo, configurando-o "como um espaço vazio que teria sido preenchido por populações europeias" – a presença de uma grande população autóctone parece ser totalmente desconsiderada. "Eles", segundo essas crônicas, "chegaram do Atlântico", "radicaram-se em terra fértil" e "fizeram o seu engrandecimento e muitos a própria abastança"; afinal, "foram sempre uma raça exuberantemente fértil em tipos moral e fisicamente eugênicos".[10]

Gilberto Freyre enfrentou esse primeiro combate diretamente no campo da construção das identidades. Contrapondo-se a esta visão negativa, ele apresenta o Nordeste como o "centro da civilização brasileira", o berço de formação dos verdadeiros aspectos que configuram as peculiaridades da cultura brasileira, que teria origem, de um lado, na "influência holandesa no século XVII", constituindo "um fator de diferenciação", e, de outro, nas características da administração portuguesa, as quais permitiram "a formação de uma 'consciência regional' mais forte do que uma consciência nacional".[11] No *Manifesto Regionalista*, de 1926, Gilberto Freyre defende que "talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter".[12] Assim, ao contrário dos "argumentos naturalistas" do

---

[8] *O Estado de São Paulo*, 03.09.1920.

[9] *O Estado de São Paulo*, 16.08.1923. Misturam-se, ainda neste momento, as impressões naturalistas do século XIX – as teorias raciais e deterministas – com os novos imaginários progressistas ligados à industrialização e à urbanização. ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Op. Cit., p. 44.

[10] *O Estado de São Paulo*, 14.01.1925, 17.02.1924 e 28.10.1924.

[11] ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Op. Cit., p. 75.

[12] FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 4 ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967, p. 34. Há uma polêmica a respeito deste texto: para alguns estudiosos, ele foi *escrito* na

século XIX, ele legitima o recorte regional a partir de "argumentos históricos": a fundação da Faculdade de Direito, a atuação do *Diário de Pernambuco*, a invasão holandesa, a Insurreição Pernambucana e as revoltas de 1817, 1824 e 1848.[13]

Em segundo lugar, e o que menos nos interessa aqui, Gilberto Freyre opõe-se frontalmente ao movimento modernista, identificado ao "estrangeirismo" e ao descaso ante as características genuinamente brasileiras. Estas, ao contrário do que pensavam os modernistas, estavam vinculadas à tradição, à continuidade histórica, enfim, à região. Desta forma, Freyre e os regionalistas qualificam-se abertamente como "tradicionalistas", cuja defesa do local e do folclore lhes parecia a forma mais eficaz e necessária de combater a perda de autenticidade da cultura brasileira, ameaçada pela introdução exagerada de elementos de outras culturas, especialmente norte-americanas. A preferência dos modernistas pelos automóveis, pelas grandes cidades, com suas largas avenidas, e pela tecnologia, parecia-lhe pouco compatível com os elementos essenciais da cultura brasileira, que estaria, ao contrário, muito mais marcada pela monocultura, pelas heranças da escravidão, pelo patriarcalismo e pela vida urbana pacata conectada ao mundo rural das fazendas. O Nordeste seria, para ele, o refúgio deste mundo em perigo, a ser preservado e defendido pelos homens preocupados com a verdadeira cultura brasileira, cujo fundamento parecia estar firmemente ancorado no regional. A fundação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, assim, constituía-se em tentativa explícita de "defender os interesses do Nordeste em solidariedade", contrapondo-se à tendência cosmopolita que parecia predominar em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em terceiro lugar, o que mais nos interessa agora, Freyre procurou estabelecer os limites imaginários do Nordeste ao espaço circunscrito à "civilização do açúcar", cujo centro é Recife. Para isso, precisou enfrentar uma forte tendência do pensamento geográfico brasileiro em delimitar espacialmente a pobreza relacionada à seca, cuja emergência nos anos finais do século XIX gerava uma inquietação nos intelectuais que se propunham a interpretar o aparecimento repentino de uma calamidade cujas proporções, no momento em que Freyre escrevia seus primeiros textos regionalistas

década de 1950. No entanto, na edição de 1967, o texto introdutório reafirma a autenticidade do Manifesto: "o Manifesto que se segue foi lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo que se reuniu na cidade do Recife, durante o mês de fevereiro de 1926" e "divulgado em parte por jornais da época", sendo *publicado* pela primeira vez em 1952.

13 ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Op. Cit., p. 76.

(década de 1920), já se podia avaliar em extensão e gravidade. A seca, portanto, continha um fortíssimo elemento "regionalizador", articulando em torno do semi-árido um conjunto imaginário extremamente amplo e complexo de significados, expresso em discursos, imagens, valores, normas de conduta e movimentos artísticos.

Em 1937, Gilberto Freyre publica um livro denominado *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, buscando "esboçar a fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira".[14] Dava continuidade, assim, ao movimento regionalista iniciado na década anterior, delimitando territorialmente aquilo que se pretendia chamar de "região" – um conjunto cultural e espacialmente definido, que contém um núcleo homogêneo que paira acima das heterogeneidades locais e particulares. Essa nova delimitação escapava da amplitude evocada pelo impreciso "Norte", que expressava uma territorialização incipiente, originária do Império, insuficiente para demarcar ou descrever as fronteiras internas do Brasil no período de consolidação da República. O livro procurava estabelecer um vínculo entre a cultura e a natureza, indicando as temáticas (terra, água, mata e homem) a partir de seu relacionamento com a cana-de-açúcar – elemento agregador e articulador das características fundamentais que conformam a "civilização do açúcar". O critério que estrutura a pesquisa e o livro, como o próprio autor mesmo diz, é o "critério ecológico" – ele mesmo o descreve como um "estudo ecológico". Trata-se, portanto, da constituição de uma região (Nordeste) a partir de um foco definido e fixo (a zona da mata açucareira), o qual representaria o centro formador da regionalização em nível nacional, e que já havia sido o centro da "civilização brasileira". A ele, somente interessa o Nordeste agrário-açucareiro. Contudo, sua intenção é nordestinizar um conjunto muito mais amplo.

Freyre percebe e define a existência concreta de, "pelo menos", dois nordestes: um, "mais velho", é o nordeste agrário, "de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel do engenho", "onde nunca deixa de haver uma mancha de água", "onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas", um "Nordeste da terra gorda e de ar oleoso" que é o "Nordeste da cana-de-açúcar"; o outro

[14] FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil.* 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, p.17.

é o nordeste "pastoril", da "areia seca rangendo debaixo dos pés", "das paisagens duras doendo nos olhos", dos mandacarus, dos "bois e cavalos angulosos", das "sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol", "de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco".[15]

Deste "outro Nordeste", Freyre quase nada tem a dizer. Deixa a tarefa de estudá-lo para "um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes".[16] Este autor cearense, por sua vez, reafirma a distinção entre o Nordeste "que se embebeu do sangue negro, com sua aristocracia feudalóide", e o Nordeste "que se desenvolveu no trabalho livre das caatingas e de alguns vales úmidos" – um Nordeste duplo, em que se contrapunham "latifúndio patriarcalista e escravidão" e "exploração pastoril e liberdade". No entanto, ao analisar as condições de formação da sociedade no semi-árido – a caatinga – a partir da crítica a um certo determinismo geográfico, aproxima-se contraditoriamente das análises contidas na imprensa paulista, anteriormente assinaladas.

Ao examinar "o ecúmeno do pastoreio nordestino", elemento que permitiu o assentamento da população em meio ambiente tão "hostil", Menezes conclui que "é o meio social incapaz de preparar o contingente humano às condições de trabalho, que, em cumplicidade com os fatores étnicos e, em geral, biológicos (miscigenação, legado cultural aborígene remanescente nos campos, etc), converte essas populações no rebanho propício a ideologias dos misticismos doentios". Assim, a tendência de comportamento dessas populações é oscilar entre os pólos do misticismo – o fanatismo dos beatos e seus seguidores, "a reação doente" – e da violência – o cangaceirismo, "a reação do forte". Parece uma versão científica dos "fanáticos boçais" e dos "bandidos facinorosos", do paulista Paulo Barros.[17]

Contudo, essa distinção, que reconhece a heterogeneidade da formação regional brasileira (e, portanto, a complexidade da própria definição do "regional"), não

---

15 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p.41.

16 Id. Ibidem., p.17.

17 MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 3 ed. Fortaleza: Ed. UFC – Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1995 (1ª ed. 1937), p. 13-24. A ênfase na "liberdade" em contraposição à "escravidão" é característica de certas correntes historiográficas cearenses, que ressaltam "a pequena influência das etnias africanas no Nordeste pastoril, principalmente no Ceará" (p.10), tese hoje contestada por muitos historiadores. *Cf.* FUNES, Eurípedes A. Negros no Ceará. In: SOUZA, S. (org.) *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.103-132. A expressão "civilização do couro" é atribuída a Capistrano de Abreu.

aparece no *Manifesto Regionalista*. Neste texto polêmico, valores sociais básicos são associados à aproximação com a natureza e com a simplicidade dos homens rudes, que são, ao mesmo tempo, valores históricos cujo sentido encontra-se acima dos particularismos estaduais. Os homens do povo, idealizados e estereotipados – os curandeiros, as lavadeiras, os capoeiras, as cozinheiras, os jangadeiros, etc –, aparecem como depositários de valores culturais que extrapolam as experiências particulares de vida das camadas populares de todo o país. Gilberto Freyre apresenta a idéia fundadora de que, "no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais".[18] Mais do que isso, ele inaugura a perspectiva da cultura brasileira como tributária destas raízes regionais "nordestinas", não só "inventando" o Nordeste como unidade cultural, mas igualmente atribuindo a ele a virtude de ser o "berço da nacionalidade", onde se encontram as "verdadeiras" raízes da cultura brasileira. A recuperação da tradição, portanto, tinha para Freyre um significado mais profundo, associado à própria afirmação da cultura brasileira em sua especificidade e grandeza, em seus aspectos mais característicos. Por ser "talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangues e valores que ainda fervem", o Nordeste aparece como referência essencial da brasilidade, base de formação da cultura nacional, esteio de coesão da sociedade brasileira. Neste sentido, ele inverte o valor da miscigenação de raças ou culturas, tida como degenerativa pelas teorias raciais dos anos finais do século XIX.[19]

Todavia, a percepção desta origem gloriosa acontece em meio à constatação da decadência. Até meados do século XIX, para Freyre, a "civilização do açúcar" mantinha seu fausto e sua riqueza: em 1926, ele escreve que "apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores para tornar-se uma população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias". Daí a importância de um Congresso Regionalista que se posicione "a favor de valores assim negligenciados" por "brasileiros em quem a consciência regional e o sentido tradicional do Brasil vem desaparecendo sob uma onda de mau cosmopolitismo e de falso modernismo". O sentido do regional está, assim, associado ao tradicional. Desta forma,

---

[18] FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p.66.

[19] *Cf* SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 43-65.

um passado de glórias emerge como referência social básica, a ser sempre considerada pelas gerações contemporâneas.[20]

Mas Gilberto Freyre percebe ainda uma outra coisa: a identidade regional nordestina, construída a partir da pujança cultural da civilização do açúcar, encontra-se, já em 1937, "desfigurada pela expressão 'obras do Nordeste' que quer dizer: 'obras contra as secas'".[21] Lamenta-se de que um significado (para ele) periférico tenha se tornado a referência simbólica central para a região em sua totalidade. O Nordeste, que agora "quase não sugere senão as secas", aparece, já naquele momento, no conjunto das identidades formadoras da nacionalidade brasileira, com um forte acento na pobreza, no atraso econômico e tecnológico, na superioridade da natureza sobre a cultura, na violência dos cangaceiros e coronéis, no fanatismo dos beatos e seus seguidores; especialmente, como exportador de trabalhadores não qualificados para o trabalho industrial – trabalhadores em fuga, recusando o latifúndio, a miséria, as incertezas dos acordos paternalistas, etc. As representações em jornais, literatura e história, quando se referem aos antigos "nortistas", destacam reiteradamente os aspectos relativos ao coronelismo, ao clientelismo, à corrupção, à excessiva miséria dos pobres e à ostensiva opulência dos ricos.

De fato, com a sucessão de secas entre 1877 e 1915, o personagem que ganha repercussão nacional não é mais o rico senhor de engenho, mas é o retirante das secas – pobre, faminto, maltrapilho, doente, viciado pelas esmolas e descuidado pela fome. O camponês – morador, sitiante, parceiro, meeiro, agregado – das áreas secas de uma parte do antigo "Norte" transforma-se no "flagelado", que percorre o país em busca de trabalho e, principalmente, de refazer as redes de apadrinhamento e proteção em que vivia em seu local de origem; constitui-se, agora, no objeto de um sem-número de saberes – médicos, higienistas, econômicos, sociológicos, psicológicos, pedagógicos etc – que procuram entender essa nova situação em que o passado colonial brasileiro, a despeito de todas as pretensas mudanças ocorridas com a independência e a proclamação da República, retorna ao cenário social das metrópoles modernas do século XX, com suas mazelas expostas por mestiços pedintes, descalços, parte índios, parte africanos e, para espanto dos abastados, parte europeus. A seca apresenta à opinião

20 FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista.* Op. Cit., p. 67, 36 e 73.

21 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. Cit., p.41.

pública em formação uma metade bizarra e tosca do país.[22] Uma metade que se configura, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, logo transformado em Inspetoria Federal (IFOCS), em uma área demarcada geograficamente, a partir de critérios científicos, como um problema nacional, cuja solução exige uma instituição especificamente voltada para esse fim. Assim, a delimitação da área de atuação do IFOCS, em 1919, coincidindo com uma nova seca e a chegada à presidência da República do paraibano Epitácio Pessoa, acaba por iniciar o processo de consagração do "Nordeste" como uma região culturalmente definida, relacionada genericamente ao sertão da caatinga – o semiárido descrito tão emocionalmente por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. Desta forma, "o Nordeste é, em grande medida, filho das secas",[23] o que certamente desagradava Gilberto Freyre.

O "discurso da seca", no entanto, no mesmo momento em que traça um "quadro de horrores" com cenas terríveis de fome, abandono, migrações, prostituição, antropofagia, configurando um espaço da tragédia que se repete, desloca o foco de percepção da seca para as características da natureza do semi-árido. Desde o momento inaugural (1877), quando a seca traz a miséria para o centro de formação da sociedade de bases européias que se queria para o Brasil, os sentidos conferidos à tragédia pelos intelectuais e políticos do Império trataram de "naturalizar" a seca, isto é, entendê-la como resultado de mudanças climáticas imprevisíveis que produzem "efeitos" desastrosos entre a população sertaneja. Como decorrência disso, a atenção dos cientistas e dos políticos (liberais ou conservadores, monarquistas ou republicanos, direita ou esquerda) dirigiu-se irreversivelmente para os mecanismos de acumulação de água como medidas de "combate às secas", processo que ficou conhecido como "solução hidráulica". A necessidade de manter o controle espacial sobre as massas rurais deslocadas pela destruição das culturas de subsistência e a oportunidade de beneficiamento das propriedades pelos programas estatais de modernização agrícola fizeram com que o trabalho em grandes obras públicas – que beneficiam os grandes proprietários e grandes comerciantes – se tornasse o elemento central nas políticas de assistência aos camponeses pobres. Ao mesmo tempo, tais políticas possibilitavam (ou pretendiam possibilitar) a "fixação do homem no campo", neutralizando as tendências

---

[22] Uma percepção de dois mundos componentes da sociedade brasileira – um atrasado e rural, e outro, urbano e industrial – passa a percorrer a imaginação letrada no país e fora dele. *Cf.* LAMBERT, Jacques. *Dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
[23] ALBUQUERQUE JR, Durval M. *A Invenção do Nordeste*. Op. Cit., p.68.

sediciosas dos retirantes que invadem cidades e saqueiam mercados de alimentos, e geraram uma fonte permanente de apoio estatal às camadas dominantes do sertão e adjacências, configurando o que passou a se chamar "indústria da seca".[24]

A seca, portanto, aparece aqui como um elemento extemporâneo e insidioso que atua sobre uma sociedade rural harmoniosa e equilibrada, da "exploração pastoril e liberdade", cujos conflitos só aparecem como resultado de rixas pessoais ou lutas de famílias em defesa da "honra". O universo da "fazenda de criar" é assim construído como um mundo sem contradições ou fraturas sociais, em que todos possuem um lugar definido e seguro, desde que submetidos aos senhores de terras e gentes, incorporados a um sistema de troca de deferência e lealdade (por parte dos dominados) por proteção e trabalho (por parte dos dominantes). O peso simbólico do romance de José de Alencar, *O Sertanejo*, de 1875, com sua versão idealizada e romântica das origens rurais do Brasil "profundo", parece marcar indelevelmente a formação de uma visão conservadora do mundo rural, da seca, da região. A identificação entre o espaço natural e o espaço de domínio de uma elite de potentados rurais, cuja extensão do mundo privado se confundia com a vida política da sociedade como um todo, fornecia a essa nova identidade uma força normativa e um considerável impacto sobre as sensibilidades, já que englobava e concentrava todo o imaginário que, neste mesmo momento, estava sendo construído sobre as regiões e, em especial, sobre o Nordeste.

A participação do jornalista carioca José do Patrocínio, nesta nova configuração conservadora do mundo rural sertanejo, ainda está por ser devidamente avaliada. Ele esteve em Fortaleza, em 1878, a serviço do jornal *Gazeta de Notícias*, e fez o serviço completo: enviou à Corte uma série de reportagens sobre a seca, escreveu um romance, *Os Retirantes* (publicado primeiramente no mesmo jornal em forma de folhetim), e enviou ao semanário *O Besouro* um conjunto impressionante de fotografias. Na formação desta nova sensibilidade sobre o "Norte", centrada na pobreza e na seca, estes elementos não foram de importância menor.[25] A "seca" é, portanto, naturalizada,

---

24 NEVES, Frederico de Castro. Seca, Estado e Controle Social: as políticas públicas de combate às secas no Ceará. In: BRAGA, E.F. (org) *América Latina: Transformações Econômicas e Políticas*. Fortaleza: Edições UFC, 2003, p. 200-217; CUNNIFF, Roger L. "The Birth of the Drought Industry: Imperial and Provincial Response to the Great Drought in Northeast Brazil (1877-1880)." *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. VI, nº ½, p. 65-82, 1975.

25 NEVES, Frederico de Castro. "Desbriamento e Perversão: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877." *Projeto História*, São Paulo, v. 27, p. 167-189, 2003; A Miséria na Literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará – crônicas, romance e jornalismo no Brasil imperial. In: DELLA

assim como as grandes calamidades que assolam o planeta na passagem do século XIX para o XX (secas, terremotos, enchentes, furacões, sinais de uma deterioração nas formas tradicionais de prevenção da escassez e da miséria, desarticuladas pela ampliação da economia de mercado no contexto do imperialismo britânico).[26]

Da mesma forma, a imprensa de Fortaleza e do Rio de Janeiro compôs um padrão de visibilidade e dizibilidade à seca baseado nas idéias de calamidade e tragédia.

Na Corte, entre 1877 e 1915, mas principalmente em 1877-8, os editoriais do *Jornal do Commercio* e do *Gazeta de Notícias* emolduravam diariamente as notícias sobre a seca – "do Ceará" ou, no máximo, "do Norte" – com cenas de prostituição, crimes, antropofagia, destruição dos valores morais da família e da ordem senhorial. Além disso, as diversas "comissões de socorros", organizadas por todo o país, divulgavam suas atividades e os recursos arrecadados através, principalmente, do *Jornal do Commercio*, que veiculava também os polêmicos artigos do médico cearense Castro Carreira, que atuava como tesoureiro geral das comissões e, ao mesmo tempo, participava ativamente dos debates em torno das soluções a serem empreendidas para solucionar o "problema da secca".

Em 1915, essas atividades de solidariedade aos "irmãos do Norte" ainda eram divulgadas na imprensa, quando diversos "bandos precatórios", formados por estudantes, cidadãos e religiosos, percorrem as ruas da capital federal e de São Paulo, recolhendo, com a bandeira nacional estendida, víveres e dinheiro para os "irmãos flagelados do norte". No dia 17 de outubro deste mesmo ano, um "grande festival" é organizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, "em auxílio dos flagellados do norte", contando com um "programma dos mais variados a que o povo tem assistido". Esperava-se que o festival fosse "o maior de quantos se vêm realizando nesta capital" e, de fato, com a presença do Presidente Wenceslau Braz e do Prefeito Rivadávia Correia,

---

CORTE, D. (org.). *Homogeneidad, diferencia y exclusión en América*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006, p. 403-418. Os textos e as fotografias enviadas ao *O Besouro* podem ser considerados como a primeira experiência de fotojornalismo na imprensa brasileira. *Cf.* ANDRADE, Joaquim M. F. e LOGATTO, Rosângela. "Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira." *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 114, p. 71-83, 1994; e BARBOSA, Marta E. J. "Imprensa e Fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre final do século XIX e início do século XX." *Projeto História*, São Paulo, v. 24, p. 421-430, 2002.

[26] *Cf* DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002; STEINBERG, Ted. *Acts of God: the unnatural history of natural disaster in America*. New York: Oxford University Press, 2000.

além de representantes de “todas as classes sociaes” e o que “há de mais elevado pela distincção, pela elegância, intelligencia e fortuna”, veio a ser “uma festa verdadeiramente imponente”.[27]

Em Fortaleza, os jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Libertador* e *Constituição*, em diversos momentos durante este período, noticiavam cotidianamente a tragédia, tematizando a destruição das famílias e da produção rural. Os pontos de vista editoriais eram marcados, especialmente, pelo vínculo partidário e/ou político.[28] Além disso, a ênfase destes jornais recaía também sobre a necessidade de estabelecer uma política de socorros que superasse a tradição imperial da caridade, colocando o trabalho como principal elemento a condicionar a inserção do retirante ao sistema de assistência pública. O trabalho, portanto, passou a centralizar as relações entre a sociedade e a pobreza gerada pelas secas, transformando, na perspectiva das elites políticas dos anos finais do século XIX, os pobres retirantes – camponeses deslocados de suas terras pela destruição das colheitas – em trabalhadores condicionados pelos critérios do trabalho industrial. A dimensão da população a ser atendida por esse sistema de socorros em 1878 – cerca de 120.000 pessoas somente em Fortaleza – colocava em questão o próprio preceito constitucional, segundo o qual o Estado se obrigava a atender a população atingida por calamidades. Esse critério – o trabalho – tornou-se o ponto central das políticas públicas de assistência aos atingidos pelas secas desde então, e, ao longo do século XX, fomentou e condicionou sistemas de socorros cada vez mais amplos e sofisticados, tendo sempre por base a necessidade de manter os retirantes nas proximidades das terras em que trabalhavam, evitando assim o colapso da produção rural e neutralizando os conflitos protagonizados por eles nas cidades.

Desta forma, o trabalho e a acumulação de água consolidam-se como os principais elementos que distinguem a ação estatal para a solução do “problema das secas”, transformado aos poucos em “problema do Nordeste”. Uma “obsessão” pela água – inexistente no século XIX e nos primeiros anos do século XX[29] – torna-se um

[27] *O Paiz*, 17 e 18.10.1915
[28] O *Cearense*, por exemplo, era um órgão do Partido Liberal, e apoiou a política de socorros implementada pelo Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros, do mesmo partido, a partir de meados de 1878.
[29] De fato, desde 1859, com a Comissão Científica de Exploração, organizada pelo IHGB e financiada pelo governo imperial, a questão da acumulação de água é colocada como elemento a ser considerado nas investigações sobre a solução do problema da seca; o debate sobre os açudes e até mesmo a transposição de águas do rio São Francisco ocupam a intelectualidade brasileira em várias partes do

elemento central da identidade regional nordestina, orientando as políticas de desenvolvimento regional e os programas de redução da pobreza.

Esta mudança refere-se a um contexto de críticas ao sistema monárquico e suas bases de legitimação social, dentre elas, o sistema de caridade centralizado no Imperador e baseado na distribuição de esmolas aos pobres – muitas vezes realizada pelos padres católicos nas igrejas. Para os novos liberais dos anos finais do Império, "o systema de soccorros por esmolas é o mais prejudicial e pernicioso que se póde imaginar".[30] José do Patrocínio, em apoio ao novo sistema de socorros, baseado no trabalho e no pagamento de salários, afirma que "esmola era o que se distribuia anteriormente, agora distribuía-se outra coisa, o *socorro*"; para ele, ainda, "no primeiro caso funcionava a caridade do estado, no segundo o estado cumpria um dever".[31] Estava em jogo uma interpretação das leis que regulamentavam as relações entre o Estado brasileiro e a pobreza.

A carta de 1824, sucintamente, estabelece apenas que "a Constituição também garante os socorros públicos" (Art. 179, item XXXI) – o que possibilita um leque bastante amplo de interpretações. Para o renomado engenheiro André Rebouças, este item constitucional significa "irrecusavelmente" que "o governo imperial não pode deixar morrer uma só pessoa de fome sem faltar ao primeiro de seus deveres".[32] Por sua vez, José do Patrocínio anota que "o socorro em tempo de calamidade é lei, logo o Estado ao dal-o cumpre apenas com um dever".[33] Trata-se, portanto, de uma mudança na ênfase dada ao instrumento de auxílio estatal aos pobres trabalhadores que não conseguem, por uma razão estranha às suas vontades, permanecer trabalhando em seus locais de origem, ficando na dependência da ajuda dos mais afortunados ou do Estado. Aquilo que pertencia originalmente à esfera da ação privada, volitiva, a *esmola*, passa a

---

país, inclusive no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, com o estímulo direto do Imperador D. Pedro II ou o Conde d'Eu (ver vários exemplares da *Revista do Instituto Polytechnico Brazileiro e das obras publicas do Brazil* no ano de 1878). O debate divide as opiniões entre os "pluvíferos" (que insistiam numa política de prevenção, com a melhoria das estradas e o estabelecimento de postos meteorológicos para a previsão do regime de chuvas), e os "aquíferos" (que defendiam uma ampla intervenção na caatinga através de projetos de açudagem e irrigação). De qualquer maneira, a "solução hidráulica" não era ainda uma unanimidade entre os pensadores. A "naturalização" da seca torna a sua solução uma questão técnica e essa é entregue aos engenheiros entrincheirados no IOCS-IFOCS-DNOCS; daí pensar que a acumulação de água poderia reduzir ou amenizar os efeitos perversos da falta ou irregularidade de chuvas. Os trabalhos de Arrojado Lisboa são fundamentais para a consolidação desta concepção.

[30] *Jornal do Commercio,* 02.07.1877.

[31] *Gazeta de Notícias*, 12.09.1878.

[32] *Jornal do Commercio*, 14.10.1877.

[33] *Gazeta de Notícias*, 12.09.1878.

ser resignificado como um *dever*, independente da vontade ou das convicções dos governantes ou de quem quer que seja. Daí porque, em lugar da esmola – que designa, para Patrocínio, "a caridade do Estado" – deveria ser generalizado o *socorro*, que se constitui em um *direito*: assim, segundo ele, "não se recebe um favor, goza-se de um direito". André Rebouças reforça esta idéia, ao afirmar que "poderia parecer que pedimos esmola, quando estamos exigindo o cumprimento de um *dever constitucional*, acima do qual não conhecemos nenhum". Nota-se que o *pedido*, que é característico da esfera privada das relações sociais, é substituído pela *exigência*, que se refere a direitos garantidos socialmente. Para este engenheiro, a caridade não significa necessariamente a distribuição de esmolas; assim, segundo uma curiosa perspectiva utilitarista, socorrer os "desditosos" irmãos do "Norte do Império" não só "é obra sublime da Caridade", como também "é dever constitucional", mas, especialmente, "é grandiosa empreza com renda liquida annual nunca menor de 20%".[34]

Nordeste, seca, pobreza, semi-árido, perímetro das secas, sertão, caatinga, retirantes, coronelismo, fome, corrupção – elementos que foram se combinando para formar uma "identidade regional", da qual se queixou Gilberto Freyre, que recobre um conjunto extremamente diversificado de experiências e, especialmente, nada fala sobre as relações de dominação e gestão da miséria que permanecem estruturando a sociedade sertaneja. Oculta, principalmente, a desigualdade crucial que está na base do sistema de trocas, já que a proteção dos ricos é facultativa, mas a deferência dos pobres é obrigatória.

A seca, portanto, possui um forte acento espacializador, configurando pelas páginas dos jornais de todo o país novas identidades baseadas no território, que são absorvidas pela historiografia – não só aquela dita "tradicional", centrada nos institutos históricos, mas também a produção acadêmica, principalmente, e talvez não coincidentemente, a originada ou influenciada pela chamada "escola paulista de Sociologia".

Ao repaginar o IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), criado em 1909, transformando-o em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), em 1919, o Presidente Epitácio Pessoa reconhece essa nova regionalização do espaço nacional,

---

34 REBOUÇAS, André. *A Sêcca nas Províncias do Norte*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877, p.39.

oficializando a delimitação da área abarcada por esse órgão como base para a formação do Nordeste. O "perímetro das secas", expressão usada para demarcar esse conjunto de identidades aqui mencionado, passa então a ser o critério de criação de uma geografia regional, que iria se materializar com o mapa regional do Brasil, criado e oficializado na década de 1940.

Com a seca e, especialmente, com o "perímetro das secas", a região se materializa como uma espécie de rebatimento na natureza dos valores, sentimentos e identidades produzidos em torno do que seja o "regional". O espaço é construção histórica que se sustenta nas lutas sociais e nos projetos políticos, no imaginário e no inconsciente, na arte e na história, na sensibilidade e na razão.

Assim, se o Nordeste do açúcar corresponde à visão do sofisticado senhor de engenho, que, da varanda de sua casa-grande, contempla a extensão de seus domínios (em canaviais, em trabalhadores, em agregados, em estradas e maquinário), o Nordeste das secas corresponde à visão do rude fazendeiro do gado, que, do baixo alpendre de sua casa-sede, avalia os destinos do gado e de seus moradores. As identidades nordestinas assim construídas não escondem, portanto, suas origens de classe nem sua posição conservadora diante do mundo.

Há, portanto, uma luta de significados em torno da constituição do Nordeste como formação regional, que dificilmente é mencionada pela chamada "historiografia regional". Preocupada em estabelecer uma espécie de reserva de mercado historiográfico, a "historiografia regional" garante para si a primazia do conhecimento do local e do específico, complementando uma "historiografia nacional" que se ocupa dos grandes temas que atraem os historiadores – na maioria das vezes, temas restritos a determinadas áreas do Sudeste do país, de onde parte a referência epistemológica da "história nacional"; fica, desta forma, presa aos limites dos estados e dos municípios, apegada aos parâmetros da política formal e aos recortes administrativos do Estado nacional, reproduzindo conceitos (ou preconceitos) que reforçam a ideia de uma história baseada no território, uma genealogia da nação.

Se, por um lado, o Nordeste aparece como o somatório dos estados para a "historiografia regional", por outro lado, desaparece da "historiografia nacional", ressurgindo periodicamente em situações específicas – o açúcar, os holandeses, as insurreições, a literatura e, mais recentemente, a pobreza (definindo a região como um

"problema nacional"). Às vezes, portanto, o Nordeste é "berço da nacionalidade" ou "raiz da cultura popular"; às vezes, cenário da fome e da seca, foco das preocupações estatais e do planejamento estratégico do desenvolvimento.

Felizmente, estas são perspectivas que vem sendo superadas, aos poucos, pela historiografia produzida no Brasil. De um lado, a difusão de programas de pós-graduação por todo o país vai requalificando essa produção local, fazendo-a perder um ranço provinciano (que quer revelar a peculiaridade do local em contraponto às generalidades do nacional) que ainda insistia em matizar as pesquisas realizadas em programas no Sudeste (USP, principalmente). A valorização dessa produção faz com que seja superada a oposição entre o local e o universal, tornando-nos a todos capazes de ver a história como produção contínua e interminável de todos e de todas e que a historiografia deve e pode acompanhar esse movimento, articulando esses diversos níveis de temporalidade. Neste caso, posso destacar a experiência trazida pela História Social e pela Micro-história, que possibilitam essa ultrapassagem ao elaborar metodologias que nos permitem ver o universal que habita o evento particular. De outro lado, pode-se perceber um movimento geral de abandono definitivo de uma história-genealogia-da-nação – ponto de vista, aliás, característico do assim chamado "paradigma tradicional". Isso vem recolocar o desafio proposto pelo historiador José Murilo de Carvalho, em 1999: haveremos de continuar a fazer "história do Brasil" ou estamos em condições de, enfim, praticar "história no Brasil"? Essa simples mudança de uma letra (o "d" pelo "n") significa uma rotação epistemológica de grandes proporções, fazendo-nos ver que o paradigma territorial (estatal e administrativo) não pode permanecer a direcionar nosso ponto de vista historiográfico e que, finalmente, nosso objetivo é compreender a história dos homens em qualquer tempo e em qualquer espaço. Toda história é local – ou seja, acontece em algum lugar – e não há hierarquia espacial que faça com que a experiência de alguns sujeitos seja mais relevante do que outras. O que torna algo relevante é o olhar cada vez mais atento do historiador.[35]

[35] Ver, por exemplo: GUIMARAES, M. L. L. S. Vendo o passado: representação e escrita da História. *Anais do Museu Paulista*, v. 15, p. 11-30, 2007; GUIMARAES, M. L. L. S. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. (Orgs.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 75-96; MARTINS, E. C. R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, p. 197-219, 2011; MARTINS, E. C. R. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. *Historia & Perspectivas* (UFU), v. 40, p. 55-80, 2009; além do clássico CARR, Edward. *Que é História*? 7 reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Essa lição nos faz ver que o Nordeste – como unidade simbólica a servir como referência epistemológica das investigações em história – não tem mais lugar na historiografia. Em todos os lugares do país, eu vejo a história sendo produzida segundo os critérios da qualidade e da disciplina, aliados aos da imaginação e da criatividade. Parece que, felizmente, todos nós estamos aprendendo essa lição e, finalmente, os fantasmas do “paradigma tradicional” estão abandonando nossos horizontes de expectativa.